

Rui Patrício: relação entre advogados, procuradores e jornalistas é de “crispação e afastamento”

Mariana Bandeira / 09:33

A Morais Leitão promove esta quarta-feira, 8 de novembro, a segunda sessão sobre liberdade de imprensa.



A Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva & Associados (MLGTS) promove esta quarta-feira, 8 de novembro, a segunda e última conferência sobre “Liberdades de Imprensa e de Expressão: Que Papéis, Efeitos, Fronteiras e Limites?”.

“Pode-se esperar, e deseja-se, uma discussão e uma reflexão abertas e plurais, com intervenientes com diferentes experiências e visões, sobre temas que têm sido, são e continuarão a ser centrais na nossa vida coletiva, não só por serem fundamentais num Estado de Direito Liberal e Democrático”, disse Rui Patrício, sócio da MLGTS, ao *Jornal Económico*.

Questionado sobre como é que tem evoluído a comunicação entre advogados, procuradores e jornalistas, ao longo dos últimos anos, Rui Patrício afirma que se nota “alguma crispação indesejável, e algum afastamento e até aqui e ali desconfiança”, acrescentando que se espera que iniciativas como esta possam contribuir para “um salutar convívio e para a partilha de pontos de vista”.

O advogado considera que o tema do segredo de justiça é um dos mais marcantes no campo do desenvolvimento tecnológico, “quer em si mesmo, quer pelo que simbolicamente representa” e sugere que se faça “um esforço para abandonar a hipocrisia a que tem sido votado nos últimos anos”.

“O segredo de justiça não impede nem a transparência nem a prestação de contas, que têm tempos, momentos e mecanismos próprios no processo e fora dele. (...) Infelizmente é verdade que algumas vezes a violação de segredo de justiça tem sido usada como arma política, mas também, mais vezes ainda, tem sido usada como arma processual”, justificou o sócio do escritório.

Para Rui Patrício, a ideia de ‘bastidores da justiça’ é perigosa e a investigação judiciária e a jornalística são coisas muito diferentes, mesmo que tratem os mesmos temas e se influenciem mutuamente. “O que não pode é querer aplicar-se os princípios e as regras de uma à outra, e vice-versa, e tem que se estar atento à contaminação de uma pela outra”, explicou, na entrevista ao semanário.

O segundo encontro, no que se insere no âmbito da programação anual do Instituto Miguel Galvão Teles, contará com uma intervenção da procuradora geral da República, Joana Marques Vidal e um debate com o procurador João Aibéo e os advogados Paulo Sá e Cunha e Isabel Duarte, moderado por António Costa, *publisher* do *Eco*. O encerramento da sessão estará a cargo do diretor do Jornal Económico, Filipe Alves, juntamente com Pedro Lomba, advogado da PLMJ.

Programa do evento

- 9h00 Receção aos convidados
- 9h15 Abertura João Soares da Silva (Chairman da MLGTS)
- 9h20 Joana Marques Vidal (Procuradora-Geral da República)
- 9h40 “A presunção de inocência do arguido e a liberdade de expressão sobre factos em investigação/julgamento” – João Matos Viana (Advogado da MLGTS e docente da FDL)
- 10h00 Coffee break
- 10h15 Investigação judiciária e investigação jornalística, informação e segredo de justiça, a mediatização e os processos
 - Moderação: António Costa (Publisher do ECO)
 - Isabel Duarte (Advogada)
 - João Aibéo (Procurador-Geral Adjunto)
 - Paulo de Sá e Cunha (Sócio da Cuatrecasas)
- 11h15 Encerramento com Filipe Alves (Direção Editorial do Jornal Económico) e Pedro Lomba (Advogado em PLMJ e docente da FDL)